

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –  
2º SEMESTRE/2024  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO  
09 DE JUNHO DE 2024

---

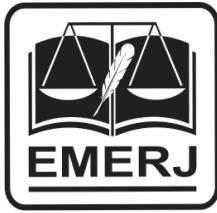
## **I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Projeto de lei ordinária, cuja iniciativa foi tomada por deputado federal, dispôs sobre aumento de remuneração de servidores públicos da União. A propositura legislativa recebeu emenda parlamentar no Senado, que estendeu o reajuste a outras carreiras do serviço público federal. O Presidente da República houve por bem sancionar o projeto, convertendo-o em lei ordinária. O processo legislativo foi regular? Resposta objetivamente justificada.

### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

O que propugna a doutrina da abstrativização do controle concreto? Essa teoria é admitida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal? Resposta objetivamente justificada.



## **II – DIREITO CIVIL**

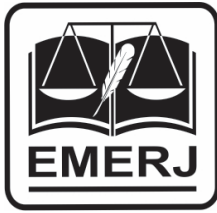
### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Monteiro, filho de Cassio, após o falecimento deste, descobriu que o finado possuía seguro de vida em grupo, sendo certo que as prestações relativas ao prêmio mensal eram descontadas diretamente do contracheque de Cassio. Monteiro, na qualidade de único herdeiro e sendo beneficiário do referido seguro, postula administrativamente o recebimento do capital segurado, o que lhe é negado. Então Monteiro aciona o Poder Judiciário, pedindo o respectivo pagamento, acrescido de compensação por danos morais. Regularmente citada, a seguradora Monte Mor argui prejudicial de prescrição relativa à pretensão de recebimento do capital segurado, considerando que o falecimento de Cassio ocorreu em 10/10/2021 e a ação somente foi ajuizada em 12/12/2023.

Decida a questão de forma fundamentada (se ocorreu ou não a prescrição). Não é necessário forma de sentença.

### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Margareth e Eustáquio se casaram pelo regime da separação total voluntária de bens. Passados dez anos de casados, optaram pela alteração do regime de bens. Para tanto, peticionaram em juízo no sentido de que o regime de bens do casamento fosse alterado para comunhão universal e pediram que os efeitos dessa alteração retroagissem à data do casamento. **Pergunta-se:** Deve ser acolhido o pedido (retroagir) relativo aos efeitos da alteração do regime de bens? Responda fundamentadamente.



### **III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

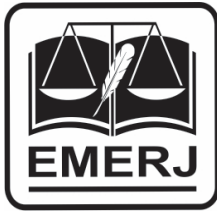
#### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Em uma ação de cobrança, o juiz indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal deduzido pelo réu. O réu agravou dessa decisão. O Tribunal conheceu do recurso, aplicando a teoria da mitigação (tema 988 do STJ), e negou provimento ao agravo. Tendo sido proferida sentença de procedência, o réu apela, suscitando, em preliminar, cerceamento de defesa por não ter sido oportunizada a prova oral, ressaltando não haver preclusão, na forma do art. 1009, § 1º, do CPC. Assevera que a decisão de indeferimento não seria daquelas que comporta agravo segundo o art. 1.015 do CPC.

Examine o caso, apontando se a pretensão do réu em relação a ver a matéria analisada em apelação deve ser atendida.

#### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Quais são os efeitos processuais e materiais da citação? Por que, pelo regime do CPC atual, a citação não mais torna prevento o juízo, como acontecia na ordem processual anterior?



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –  
2º SEMESTRE/2024  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO  
09 DE JUNHO DE 2024

---

#### **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

##### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

JOÃO e MARIA, sócios da sociedade empresária ALIMENTOS LTDA., promoveram alteração do contrato social em 2022, porém somente a registraram na Junta Comercial no final do ano de 2023. Essa alteração contratual era válida entre os sócios desde que ambos a assinaram? E a validade da alteração perante terceiros, era imediata ou somente após o registro?

##### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Considerando que a responsabilidade em um grupo econômico é subsidiária e que o Código de Processo Civil disciplina o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, disserte sobre sua aplicação no caso de sociedades integrantes do mesmo grupo, na fase de cumprimento de sentença.



## **V – DIREITO PENAL**

### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

TÍCIO, durante cinco dias, decidiu subtrair quantias do caixa da loja onde trabalhava. Durante esse período, ele subtraiu valores sempre no final do seu turno, utilizando a mesma técnica e sempre cuidando para que não fosse percebido. Ao final do período, ele havia conseguido a quantia de cinco mil reais, suficientes para quitar sua dívida de aluguel e evitar o despejo. Após ser descoberto pela administração da loja através das câmeras de segurança, ele foi demitido e processado criminalmente.

Tipifique a conduta e explique a responsabilidade penal de TÍCIO. Fundamente.

### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

CAIO e TÍCIO são amigos de longa data. Certo dia, eles decidem subtrair equipamentos em uma loja de eletrônicos. CAIO, que tem conhecimento de segurança, desativa o sistema de alarmes do estabelecimento, enquanto TÍCIO, usando uma arma de fogo de uso restrito das forças armadas, rende o segurança e os caixas. Eles levam diversos smartphones e tablets. Durante a ação, MARY MAY, que estava com seu carro estacionado em frente ao local, percebe a movimentação estranha e decide manter-se a distância, observando a cena. Após alguns minutos, quando CAIO e TÍCIO saem da loja carregados de mercadorias, MARY MAY os ajuda abrindo a porta do carro e fugindo com eles.

Tipifique as condutas e explique como se configura o concurso de pessoas no caso, identificando o papel de cada indivíduo na ação criminosa.



## **VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

João da Silva foi denunciado perante a 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital – I Tribunal do Júri – pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, tráfico de drogas e associação para o tráfico. Encerrada a instrução, o juiz entendeu que não havia indícios suficientes de autoria e impronunciou o réu de todas as imputações, determinando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado. Está correta a decisão? Explique e cite os dispositivos legais pertinentes.

### **2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos**

Pedro da Silva foi denunciado por crime de furto. Designada AIJ, ele não foi localizado para ser intimado, motivo pelo qual foi decretada a sua revelia no citado ato, seguindo-se a colheita da prova acusatória. Encerrada a instrução criminal, foi proferida sentença de parcial procedência da denúncia, com a condenação do réu por crime de furto, porém tentado. A defesa apelou, arguindo, em preliminar, cerceamento de defesa, pois o réu, após a sua citação, havia fornecido o seu endereço atualizado, onde não foi procurado quando da tentativa de sua intimação. A preliminar foi acolhida pelo Tribunal, que anulou a sentença condenatória e determinou a intimação do réu no seu atual endereço e o refazimento do ato. Designada nova AIJ, desta vez com a presença do acusado, foram novamente ouvidas as testemunhas e interrogado o acusado. Após os debates, diante da prova colhida nesse ato, foi proferida sentença de total procedência da denúncia, sendo o acusado condenado por furto consumado. Pergunta-se: está correta a decisão? Por quê? Cite os dispositivos legais pertinentes.



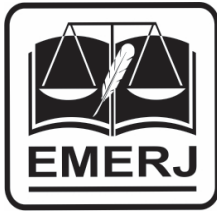
## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **1ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos**

Eric possui uma linha telefônica da sociedade empresária Escuro S.A. Após efetuar o pagamento de todas as faturas do ano de 2024 no vencimento, reparou, em 01/05/2024, que, na fatura com vencimento em 10/05/2024 e em todas as faturas emitidas desde janeiro de 2023, havia uma cobrança indevida de serviço jamais contratado. Sem sucesso na tentativa de restituição das quantias pagas de forma administrativa, Eric ajuíza ação indenizatória em desfavor da operadora de telefonia, requerendo a restituição em dobro dos valores indevidamente pagos durante todo o período. A ré apresentou contestação genérica e sem impugnar especificamente os fatos, limitando-se a afirmar o descabimento da devolução em dobro, haja vista não haver prova da má-fé na cobrança. Tem razão a ré? Responda de acordo com a jurisprudência do STJ, citando os dispositivos legais pertinentes.

### **2ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos**

Eric, ao receber seu contracheque do mês de março de 2023, verificou que existia um desconto relativo a uma contratação com um determinado banco, com o qual jamais manteve qualquer tipo de relação jurídica. Ao procurar o banco, um preposto o informou de que foi realizado um empréstimo em seu nome, havendo contrato assinado com apresentação de documentos pessoais, muito embora com foto diversa do documento de identidade de Eric. Diante do impasse, Eric ajuíza ação em desfavor da instituição financeira pugnando pela suspensão dos descontos, além de pleitear indenização por danos morais e materiais. Em defesa, a ré afirma que também foi vítima de ato de fraudadores e que, portanto, não haveria que se falar em responsabilização da instituição em virtude da presença de excludente de responsabilidade. Responda com base na jurisprudência do STJ, citando

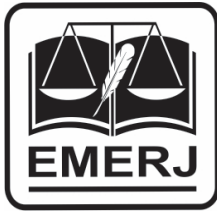


**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –**  
**2º SEMESTRE/2024**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**  
**09 DE JUNHO DE 2024**

---

expressamente os dispositivos legais pertinentes e fazendo a distinção entre fortuito interno e externo.





ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –  
2º SEMESTRE/2024  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO  
09 DE JUNHO DE 2024

---

### **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO – 20 (vinte) pontos**

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno.

Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias e o exercício da advocacia? Diga o que pensa num texto dissertativo-argumentativo de aproximadamente 25 linhas, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

**Boa sorte!!!**